

Construir hoje um futuro sustentável: é possível? E qual o papel da PUC-Rio neste contexto?¹

A história da **Ilha de Páscoa**, com seus moais esculpidos em pedra como testemunhas silenciosas de um passado grandioso, serve como um lembrete pungente dos perigos da exploração insustentável dos recursos naturais. A civilização que floresceu na ilha, outrora rica e vibrante, sucumbiu sob o peso de suas próprias decisões, deixando para as gerações futuras um legado de devastação ambiental e declínio social.

Em nossa contemporaneidade, marcada por avanços científicos e tecnológicos sem precedentes, a sociedade se depara com um dilema similar: *como navegar pelas complexas correntes do desenvolvimento sem repetir os erros do passado? Como construir um futuro próspero e sustentável para todos, sem comprometer a saúde do planeta e a qualidade de vida das próximas gerações?*

Diante de um cenário desafiador, em que mudanças climáticas ameaçam a estabilidade do planeta e a elevação do nível do mar coloca em risco comunidades inteiras, como no caso de **Tuvalu**, a busca por soluções inovadoras e eficazes torna-se cada vez mais urgente. A crescente desigualdade material e imaterial, a automação de atividades cognitivas e a transição demográfica e previdenciária exigem uma profunda reflexão sobre os modelos de produção, consumo, distribuição, descarte, investimento e organização social que imperam no contexto atual.

Neste sentido, a cooperação, a autogestão e a solidariedade emergem como princípios fundantes em apoio à construção de um futuro mais justo e inclusivo. Através da colaboração entre diferentes setores da sociedade – governos, empresas, academia e sociedade civil – e da implementação de políticas públicas que incentivem a participação e o empoderamento das comunidades, é possível construir um mundo mais equitativo e resiliente.

Modelos econômicos alternativos, como a economia de impacto, a **economia “donut”**, **economia regenerativa**, **economia de “stakeholder”**, **economia do valor compartilhado**, **economia de [Papa] Francisco e Clara** etc. propõem soluções para conciliar o desenvolvimento econômico com a responsabilidade socioambiental.

Tal enfoque também se sustenta na **inovação**, não apenas na **inovação científico-tecnológica**, mas especialmente em sua faceta social, da **inovação social** a qual, muitas vezes, tem a comunidade como protagonista e cujos atores sociais são centrais no processo. Os conhecimentos são originados no ambiente comunitário e as informações são compartilhadas e as ações são cooperadas. As estratégias buscam substituir a competição pela colaboração.

A “economia de impacto”, por exemplo, busca direcionar investimentos para organizações e projetos que **geram impacto socioambiental positivo na sociedade**. É neste contexto que estão situadas as organizações híbridas orientadas ao impacto socioambiental. Podem ser definidas por imperativos que sugerem uma racionalidade produtiva alternativa. Essa alternativa se diferencia por considerar as dimensões ambiental e social não como custos a serem gerenciados ou restrições ao crescimento, mas como elementos essenciais ao seu sucesso. Para compreender essa **nova racionalidade**, podemos analisar a evolução de práticas pregressas, como o “triple bottom line” (tripé da sustentabilidade), conforme concebido por Elkington

¹ Texto adaptado para PUC-Rio, elaborado a partir do artigo publicado na Revista do Conselho Federal de Economistas de junho de 2024. Disponível em <https://online.flippingbook.com/view/309079929/>

(2001, 2018), ao propor que as empresas adotem práticas que considerem, além do lucro, a responsabilidade social e ambiental.

Desde sua criação, o **tripé da sustentabilidade** foi adotado por centenas de empresas, inclusive por empresas de capital aberto nas bolsas de valores. No entanto, as organizações "impact-driven" vão além do tripé da sustentabilidade, pois não apenas consideram as dimensões ambiental e social, mas as colocam no centro de seu modelo de negócio.

No Brasil e no mundo, tais organizações estão associadas a uma polissemia rica de definições, tais como **negócios sociais** (Yunus, 2010), **empresas sociais**, **empresas B**, **empresas 2,5**, **empresas da base da pirâmide**, **negócios inclusivos**, **negócios de impacto socioambiental positivo** (Mello, 2018, 2023; Barki, Comini, Torres, 2023), **empresas de geração de valor social**, dentre outros.

Deste contexto, defende-se que existiria um alargamento do terceiro setor em direção ao Segundo (das empresas), seja ele denominado Setor 2,5 ou de um Quarto Setor. De todo modo, revela-se "amadurecimento de importantes setores e atores da sociedade em busca de definições mais assertivas em relação a novos e mais elevados anseios dos seus cidadãos" (Mello, 2018, p. 32).

Já a **economia "donut"** (Raworth, 2019) propõe um modelo de desenvolvimento que opera dentro dos limites planetários, garantindo o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente. Em 2009, um grupo de cientistas liderados pelo Centro de Resiliência de Estocolmo propôs um marco científico crucial: as fronteiras planetárias. Essa iniciativa definiu nove limites biofísicos que, se ultrapassados, poderiam levar a mudanças irreversíveis no planeta, ameaçando a vida como a conhecemos: mudanças climáticas, acidificação dos oceanos, poluição química, mudança no uso da terra, mudanças no uso da água, fluxos biogeoquímicos (nitrogênio e fósforo), perda da biodiversidade, aerossol na atmosfera e degradação da camada de ozônio. Tais limitações representam a capacidade de resiliência do planeta, isto é, a capacidade do planeta lidar com essas mudanças no longo prazo sem perder suas possibilidades de desenvolvimento. Até 2023, cientistas dizem que já superamos seis das nove fronteiras.

Por sua vez, a economia dos **"stakeholders"**, se contrapõe a dos **"shareholders"** que tem sido associada à **"Friedman (2020)** que, especialmente com sua obra "Capitalismo e liberdade, de 1962, fundamentou a ideia de que "há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros". O outro arcabouço, das partes interessadas, é atribuído à **Freeman (1984)**, para quem a responsabilidade social de uma empresa não é apenas gerar lucros para os acionistas, sendo preciso que se considere também os *stakeholders*, clientes, parceiros, fornecedores, prestadores de serviço, comunidade em que está inserida, os trabalhadores e seus sindicatos etc.

De qualquer modo, é sempre requerido uma **educação de qualidade** que assume um papel central na preparação das novas gerações para os desafios e oportunidades do mundo em constante transformação. Através de uma educação crítica, inovadora e focada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, os jovens podem ser equipados para navegar pelas incertezas do futuro e construir um mundo mais sustentável.

Além do mais, o tema da **renda mínima universal** deve voltar à pauta dos formuladores de políticas. Ela surge como uma potencial ferramenta para mitigar os impactos da automação no mercado de trabalho, garantindo um nível mínimo de renda para todos os cidadãos, independentemente de sua situação profissional. O desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de produção, por sua vez, deve ser

guiado por princípios éticos e pela busca por um futuro mais justo e inclusivo, onde a inteligência artificial seja utilizada para o bem-estar da humanidade.

Tanto o tema educacional como o da renda mínima se justificam e entrelaçam com a temática da **ética no que tange à inteligência artificial (IA)**, devendo ela pautar o desenvolvimento tecnológico, garantindo que a tecnologia seja utilizada de forma responsável e não seja geradora de novos tipos de exclusão. Neste quesito, o **neurocientista Sidarta Ribeiro** afirma que estamos à beira de um precipício quando se fala em IA, pois estamos construindo as **bases para a substituição dos seres humanos como realizadores de trabalho (fatores de produção) o que é perigoso, uma vez que o consumo está diretamente ligado ao trabalho** (Ribeiro, 2023).

Assim, é fundamental que a sociedade esteja atenta aos riscos e desafios da inteligência artificial, e que busque soluções para garantir que essa tecnologia seja utilizada para o bem-estar de todos. De fato, a digitalização e a conectividade exigem liberdade de ação, de atuação, de posicionamentos, para que exerçam seu papel com plenitude no que se convencionou chamar como **Era da Informação e Conhecimento**, na qual a indústria se reinventa, trocando o ambiente fisicamente denso do chão de fábrica pelo ambiente da intensa automação industrial e de integração entre diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet, o que marca a indústria 4.0.

Com faceta paradoxal, a nova economia da era digital carrega um fator primordial ao desenvolvimento de **novas interações econômicas**, assim como de **novas formas de gestão e dos próprios modelos de produção**, baseadas em uma **visão holística, socioambientalmente responsável, se encontra precisamente nos processos de comunicação entre as pessoas**. Esses devem ser responsáveis em sentido amplo, dotados de atributos como **transparência, ética, alteridade, empatia**, ou seja, **princípios e valores do campo da ética**.

Em suma, o futuro da humanidade depende da nossa capacidade de superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam. *E qual o papel das Universidades e centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação neste contexto? Qual o papel dos movimentos sociais e das organizações cidadãs? Qual a função do Estado neste cenário desafiante?*

É necessário um novo modo de pensar e agir, baseado na cooperação, na responsabilidade social e na sustentabilidade ambiental. Através do diálogo, da colaboração que acolha a diversidade, equidade e inclusão na busca por soluções inovadoras, podemos construir um futuro mais próspero e justo para todos, navegando pelas correntes do presente em direção a um horizonte mais sustentável.

No âmbito da PUC-Rio, temos visto avanços importantes na agenda da sustentabilidade, da extensão, da pesquisa aplicada para resolver problemas atuais e estruturantes. **Parcerias para inovação** são urgentes e necessárias, em apoio ao **ODS** (objetivo de desenvolvimento sustentável) de número 17 das Nações Unidas.

É neste espírito que foi recentemente criado, no âmbito da Coordenação Central de Parcerias para Inovação (CCPIN/VRDI) o **MAGIS SOCIAL, hub de inovação social da PUC-Rio**, que visa promover a cultura empreendedora em favor do enfrentamento de grandes temas locais, regionais, nacionais e globais, em que a inovação social empresta sua energia e pujança. Nesta instância, temos nos aproximado do **M. Yunus** (prêmio Nobel da Paz) e em breve lançaremos o primeiro “**Centro de Pesquisa Yunus em Negócios Sociais**”, e nos juntamos ao **Hub pela Erradicação da Pobreza** (HupEP², que envolve o setor cidadão representado pelo **CIEDS, Instituto Dara, Rede Asta, Uniperiferias, Gastromotiva, Instituto Ipê, Sistema B, Ação da Cidadania**). Também temos buscado apoiar o **Instituto Francisco** em seus esforços por um bairro

² <https://hubep.org.br/>

da grande Gávea fraterno com ações de impacto junto às escolas públicas e à comunidade do Parque da Cidade). Também temos dado seguimento às ações em apoio ao desenvolvimento da Rocinha, no âmbito do seu **PISTA - Parque de Inovação Social, Tecnológica e Ambiental**³ em articulação com o **Centro de Pesquisas e Articulação de Conhecimentos Rocinha (UNIR)** em ações e projetos que também visam potencializar a presença da PUC-Rio junto às comunidades do **Vidigal, Parque da Cidade e Vila Canoas**. Estamos também nos articulando com grupo de professores e egressos da PUC-Rio que têm projeto de desenvolvimento social e local em **Rio das Pedras**; em projetos ligados à pessoas em situação de rua com a organização **Fraternidade nas Ruas**; na disseminação e potencialização da pauta da **economia “donut”** e do **[Papa] Francisco**; apoiando o **Núcleo de Estudos e Ação Mundo da Juventude - NEAM/PUC-Rio**, em sua longa jornada de desenvolvimento de jovens, especialmente dos que vivem em situação de vulnerabilidade; apoiando a liderança do **Rio de Impacto**⁴ e de seu **Observatório**; dentre outras iniciativas que estamos desenhando e buscando parceiros internos e externos da Universidade Católica do Rio de Janeiro em ações que vão muito ao encontro do seu **ethos comunitário e humanista** e de sua vocação para promover e utilizar **conhecimento baseado em evidências**.

E você, o que tem feito hoje para impactar positivamente o futuro de agora e de amanhã?

Referências:

BARKI, E.; COMINI, Graziella Maria; TORRES, H. da G. (Orgs.). Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 376 p. ISBN: 978-85-225-2190-6. Disponível em <https://ice.org.br/wp-content/uploads/2022/07/negocios-de-impacto-socioambiental-no-brasil-ebook.pdf>, acesso em agosto de 2023.

ELKINGTON, J.. Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J.. 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.” Here’s why it’s time to rethink it. Harvard Business Review, 25 June 2018.

FREEMAN, R. E.. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M.. Capitalismo e liberdade. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

MELLO, Ruth Espinola Soriano; NUNES, Nilza Rogéria A. ; EDMUNDO, K.. O enfoque ao impacto socioambiental positivo. In: Nilza Rogéria Nunes. (Org.). Projetos sociais_ um infinito campo de possibilidades. 1ed. Rio de Janeiro: Morula editorial, 2023, v. 1, p. 108-120.

MELLO, Ruth Espinola Soriano. Incubadoras universitárias de negócios de impacto social: origens, diferenças e desafios. PUC-Rio. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/36213/36213.PDF>, acesso em janeiro de 2024.

RIBEIRO, S. Viagem aos limites do cérebro. In: MIT Review. A evolução da inteligência. Edição Inteligência. Ano 04, N. 01, Out/Dez de 2023. p. 16-17.

³ <https://pista.ecoa.puc-rio.br/>

⁴ <https://riodeimpacto.com.br/noticias/rio-ganha-observatorio-dos-negocios-de-impacto-social-e-ambiental-com-mais-de-350-empreendimentos-mapeados>

RAWORTH, Kate. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo; tradução George Schlesinger. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019.

SMITH, A.. A Riqueza das Nações. Tradução de Maria Teresa de Lemos Lima. 1. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2006.

YUNUS, M.. Building Social Business: The New Kind of Capitalism That Serves Humanity's Most Pressing Needs. 1. ed. New York: PublicAffairs, 2010.